



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM  
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

DANIELLY SANTOS MACHADO

**CONCEPÇÕES SOBRE O USO DO PRONOME OBLÍQUO ÁTONO EM INÍCIO DE ENUNCIADO NA OBRA *ESTHESIA PHILOLOGICA* (1909), DE AUGUSTO MEIRA**

ABAETETUBA - PA

2022

DANIELLY SANTOS MACHADO

**CONCEPÇÕES SOBRE O USO DO PRONOME OBLÍQUO ÁTONO EM INÍCIO DE ENUNCIADO NA OBRA *ESTHESIA PHILOLOGICA* (1909), DE AUGUSTO MEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará – Campus de Abaetetuba, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em Letras – Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raimunda Dias Duarte

ABAETETUBA - PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

M149d Machado, Danielly Santos.  
Concepções sobre o uso do pronome oblíquo átono em início de  
enunciado na obra *Esthesia Philologica* (1909), de Augusto Meira /  
Danielly Santos Machado. — 2022.  
27 f.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Raimunda Dias Duarte  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de  
Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2022.

1. Colocação pronominal. 2. Próclise. 3. *Esthesia  
Philologica*. 4. Augusto Meira. I. Título.

CDD 417

---

DANIELLY SANTOS MACHADO

**CONCEPÇÕES SOBRE O USO DO PRONOME OBLÍQUO ÁTONO EM INÍCIO DE ENUNCIADO NA OBRA *ESTHESIA PHILOLOGICA* (1909), DE AUGUSTO MEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará – Campus de Abaetetuba, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em Letras – Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raimunda Dias Duarte

Data da avaliação: 16/02/2022

Conceito: Excelente.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raimunda Dias Duarte (UFPA)  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Glória Regina Gomes Amaral (UFPA)  
Examinadora Interna

ABAETETUBA - PA

2022

## SUMÁRIO

RESUMO .....	6
1 INTRODUÇÃO .....	6
2 <i>ESTHESIA PHILOLOGICA</i> (1909): AUTORIA E CONTEXTO HISTÓRICO E LINGUÍSTICO .....	7
3 O FENÔMENO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX: VISÃO DE GRAMÁTICOS .....	12
4 A PRÓCLISE EM INÍCIO DE ENUNCIADO: VISÃO DE INTELLECTUAIS EM <i>ESTHESIA PHILOLOGICA</i> .....	16
4.1 O crítico bisonho – Osório Duque Estrada .....	17
4.2 Início de frase <i>versus</i> início de verso – Félix Coelho .....	18
4.3 Brasileirismos: linguagem do populacho – Candido de Figueiredo .....	20
4.4 Regra de tamanqueira – Ruy Barbosa e Ernesto Carneiro .....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	24
REFERÊNCIAS .....	25

## CONCEPÇÕES SOBRE O USO DO PRONOME OBLÍQUO ÁTONO EM INÍCIO DE ENUNCIADO NA OBRA *ESTHESIA PHILOLOGICA* (1909), DE AUGUSTO MEIRA<sup>1</sup>

Danielly Santos Machado

### RESUMO

Os anos finais do século XIX e os iniciais do século XX concentram discussões muito polêmicas sobre o fenômeno da colocação pronominal. De um lado, gramáticos conservadores buscam legitimar certos usos do português europeu; de outro, intelectuais que legitimam a forma de falar brasileira como parte da construção da identidade nacional. Neste trabalho, discute-se essa temática com o objetivo geral de analisar as concepções sobre o uso do pronome oblíquo átono em início de enunciado na obra *Esthesia philologica: variações pronominaes* (1909), de Augusto Meira. Para alcançar esse objetivo, busca-se compreender o contexto histórico e linguístico do início do século XX, entender a visão de gramáticos brasileiros e portugueses sobre a colocação pronominal no início do século XX e analisar a visão de intelectuais sobre a próclise em início de enunciado na obra *Esthesia philologica* (1909). A pesquisa tem como referencial teórico-metodológico Orlandi (2001), Fávero e Molina (2006), Said Ali (2021 [1895], 2008 [1950]), Figueiredo (1909) e Brito (1908). Os dados mostraram que a obra analisada, mesmo tendo sido escrita no início do século passado, traz uma abordagem que busca legitimar a próclise em início de enunciado, variação pronominal que estava (e está) em uso no Brasil. O autor justifica esse uso por meio da ocorrência nos clássicos literários, nas línguas neolatinas e no latim. Considera esse uso superior ao uso em Portugal por julgar que está respaldado na língua latina.

**Palavras-chave:** Colocação pronominal; Próclise; *Esthesia Philologica*; Augusto Meira.

### 1 INTRODUÇÃO

O início do século XX foi um momento muito proveitoso para as discussões sobre as formas de falar no Brasil; várias ideologias disputavam espaço e buscavam efetivar-se. Mesmo antes da proclamação da República (em 1889), muitos autores brasileiros buscavam a construção de uma identidade nacional, a qual teria a língua como grande representante. Em oposição a isso, havia aqueles que defendiam que o parâmetro a ser seguido para o falar e o escrever deveria pautar-se nas regras do português Europeu. Essa polêmica atravessou o século XX.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso de Letras – Língua Portuguesa da UFPA campus de Abaetetuba, orientado pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raimunda Dias Duarte.

Entre as obras que discutem as formas de falar no Brasil está o livro que é o objeto de análise deste trabalho, a saber, *Esthesia Philologica: Variações Pronominaes*, de Augusto Meira, publicada em 1909, pela Imprensa Oficial do Pará. Na obra, além de responder a uma crítica sobre o uso do pronome oblíquo átono<sup>2</sup> em início de enunciado, o autor aproveita a oportunidade para discorrer acerca da sua concepção sobre as variações pronominais, apresentando argumentos e exemplos do uso que ele considera adequado.

O objetivo geral do presente trabalho é analisar as concepções sobre o uso do pronome oblíquo em início de enunciado na obra *Esthesia Philologica* (1909). Para tanto, busca-se compreender o contexto histórico e linguístico do início do século XX, entender a visão de gramáticos brasileiros e portugueses sobre a colocação dos pronomes no começo do século XX e analisar a visão de intelectuais sobre a próclise em início de enunciado na obra *Esthesia Philologica* (1909).

Temos como referencial teórico Orlandi (2001) e Fávero e Molina (2006), que tratam sobre o contexto histórico e linguístico de *Esthesia Philologica*; Figueiredo (1928 [1909]), Brito (1908) e Said Ali (2021 [1895], 2008 [1950]), gramáticos que discutem o fenômeno da colocação pronominal no final do século XIX e início do século XX. Neste trabalho, faremos uma análise descritiva qualitativa, com o intuito de apresentar a visão dos gramáticos acima, contemporâneos de Augusto Meira, acerca da colocação do pronome oblíquo átono em início de enunciado. Também apresentaremos a visão de intelectuais da época sobre o tema a partir da análise da obra de Augusto Meira.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: primeiramente, discorreremos sobre a vida de Augusto Meira e sobre o contexto histórico e linguístico de *Esthesia Philologica* (1909); a posteriori, é explanada a visão de três gramáticos contemporâneos a Augusto Meira sobre a variação na colocação de pronomes átonos em início de enunciado; e por fim é apresentada a visão de alguns intelectuais sobre a próclise em início de enunciado a partir da análise descritiva da obra *Esthesia Philologica*.

## **2 ESTHESIA PHILOLOGICA (1909): AUTORIA E CONTEXTO HISTÓRICO E LINGUÍSTICO**

---

<sup>2</sup> Chamado, por muitos linguistas contemporâneos, de clíticos pronominais.

José Augusto Meira Dantas (1873 – 1964)<sup>3</sup> era filho de Olyntho José Meira, que foi presidente das províncias do Pará e do Rio Grande do Norte e patrono da cadeira 33 da Academia Paraense de Letras. Augusto Meira aprendeu com seu pai as primeiras letras e humanidades. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, concluindo o curso com louvor. Foi deputado estadual no Pará nos mandatos de 1912-1921, de 1922-1930, de 1935-1937. E foi senador no período de 1947-1951.

Augusto Meira Dantas era advogado especializado em Direito Constitucional, Criminal e Civil. Exerceu a função de delegado de polícia, promotor público da Comarca de Santarém-PA, professor de Direito Penal e Civil, Diretor da faculdade de Direito do Pará e jornalista no Jornal do Comércio e no Jornal do Brasil. Além disso, ele foi membro-fundador da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico do Pará, e membro-correspondente da Academia de Letras do Rio Grande do Norte e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Desde muito cedo dedicado aos livros, Meira escrevia versos, sonetos líricos e românticos. Deixou várias obras, entre as quais: *Estudos de filosofia, religião e história: Direito e arbítrio*; *O princípio de Müller*; *Impostos diferenciais*; *O habeas-corpus em ação*; *Extinção de mandatos*; *Tirania dos erros*; *Amazonas versus Pará*; *Selva selvagem*; *Caminho da glória*; *Secreto esplendor*; *Auréolas*; *Lírios e verbenas* e *Esthesia Philologica*.

A obra *Esthesia Philologica* (1909), publicada pela Imprensa Oficial do Pará, foi produzida num momento de muitos debates em torno de ideias sobre a língua portuguesa falada no Brasil. Com a Proclamação da República, em 1889, alguns escritores buscaram distanciar-se do modelo de escrita baseado no português europeu para buscar reconhecer a legitimidade da língua do Brasil. Em oposição a isso, outros autores, portugueses e brasileiros puristas<sup>4</sup>, também se empenharam em defender sua ideologia da superioridade do português europeu. O choque entre essas duas ideologias resultou em discussões que buscavam justificativas para provar a veracidade dos dois pontos de vista. Essas discussões, por vezes, eram veiculadas em jornais e periódicos ou, ainda, resultavam na produção de livros, como no caso de *Esthesia Philologica*.

Os anos que antecederam a discussão protagonizada por José Augusto Meira Dantas foram marcados por diversos acontecimentos históricos e linguísticos, sendo um período em

---

<sup>3</sup> As informações acerca do autor foram encontradas no catálogo de obras raras da Biblioteca Pública Artur Viana (CENTUR) e no site da Câmara dos Deputados.

<sup>4</sup> Utilizamos aqui o termo “puristas” para nos referir a autores mais conservadores que tinham como parâmetro de língua o falar lusitano.

que muitas ideologias disputavam espaço no Brasil. Como se trata de uma obra do começo do século XX, se faz necessário recorrer a acontecimentos que datam a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com Orlandi (2001), há uma concentração de pesquisas em torno do século XIX, período em que se concretizam práticas descolonizadoras que já se desenvolviam ao longo da história, mas que nesse momento se solidificaram. Entre essas práticas, há as que são relativas à língua

No final do século XIX, há uma proliferação de trabalhos brasileiros para dar um lugar explícito a sua<sup>5</sup> vida intelectual: constituição das disciplinas e de um ensino escolar, publicações no domínio da língua e da literatura. A gramática é um destes objetos que consciente ou inconscientemente, os intelectuais desta época produziram visando formar brasileiros em uma sociedade em que o saber tivesse seu lugar (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 24).

Dessa forma, percebe-se a tentativa de romper com padrões linguísticos portugueses de modo a construir a identidade brasileira que se manifesta, dentre outras coisas, na língua e na gramática. O espírito republicano da segunda metade do século XIX buscava romper os laços com Portugal, inclusive no reconhecimento e valorização de uma língua nacional. Por isso, neste período, destacam-se os estudos acerca dos aspectos gramaticais. Se de um lado os gramáticos mais conservadores produziam gramáticas de concepção filosófica, de outro, iniciava uma nova fase chamada, por alguns autores<sup>6</sup>, de período científico.

O período filosófico corresponde ao período que Cavaliere (2001) chama de **Racionalista**, que vai de 1802 a 1881, no qual a produção gramatical se baseava na tradição dos compêndios didáticos lusitanos e seguia uma linha de estudos uniforme com o objetivo de ensinar a norma literária na escola de nível elementar. Nesse período, se deu pouca ou nenhuma importância ao estudo do português brasileiro, de modo que as gramáticas brasileiras se resumiam a regras e dispositivos copiados dos compêndios lusitanos.

Segundo Cavaliere (2001), o período **Científico** inicia em 1881, com a contribuição das teses sobre o evolucionismo linguístico, e finda em 1941, onde começa o período linguístico, com a publicação de *Princípios de linguística geral* de Mattoso Câmara Jr., o qual, em suas bases estruturalistas, implantou a linguística geral no cenário acadêmico brasileiro. Contudo, Duarte (2021), em seus estudos sobre a *Grammatica Portugueza*, do autor paraense Julio Cezar

---

<sup>5</sup> Vida dos brasileiros empenhados em produções linguísticas.

<sup>6</sup> Nascentes (1939); Elia (1975); Guimarães (1996).

Ribeiro de Souza, defende que este compêndio, publicado em 1872, na província do Pará, já traz marcas da gramática científica (gramática comparativa) e do falar brasileiro.

No período científico, a princípio, há uma preocupação de filólogos com os estudos etimológicos e, posteriormente, as pesquisas se concentram no fato gramatical em língua vernácula (CAVARIERE, 2001). A obra *Esthesia Philologica* (1909) está nesse momento de transição dentro do período científico.

O problema da colocação pronominal foi uma das questões linguísticas mais discutidas nesse período, visto que foi em torno dela que ideais conservadores e inovadores em matéria de língua se cruzaram de forma polêmica (GURGEL, 2008, p. 30).

As discussões sobre a colocação de pronome não diziam respeito somente a regras gramaticais que muitos gramáticos pretendiam justificar, sobretudo, pelo uso dos clássicos da literatura ou pela variedade linguística de Portugal, mas envolviam, especialmente, a identidade linguística brasileira.

As gramáticas de circulação no Brasil começam a ser produzidas na fase filosófica, em que os compêndios eram instrumento de imposição da legitimidade hegemônica da língua da Coroa Portuguesa, que prezava pelo purismo linguístico. No período científico, por sua vez, há a busca pela identidade do português brasileiro (SOUSA; ALVARES, 2015). A gramática vem ser um objeto que, “consciente ou inconscientemente os intelectuais da época produziam visando formar brasileiros em uma sociedade em que o saber tivesse seu lugar” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001).

As gramáticas do século XIX e início do XX, portanto, seguem ou o critério filosófico, com as concepções puristas acerca da língua, ou o critério científico, no qual há a preocupação com a investigação sobre a língua vernácula no Brasil, que é observado, principalmente, nas gramáticas posteriores à de Julio Ribeiro, autor mineiro.

No final do século XIX, observa-se a emergência de uma gramática que buscava abranger os estudos acerca da língua compatíveis aos usos do português no Brasil, de modo a desvincular-se, ainda que lentamente, da noção de unicidade de língua.

Um fato a salientar, que ocorre nesse contexto, é o desenvolvimento da primeira Escola Literária do Brasil independente – o Romantismo, que se empenhava, entre outras coisas, em referendar a língua nacional. Nesse cenário, instaurou-se uma série de polêmicas em torno da língua falada no Brasil, as quais envolviam críticas ao modo como escritores brasileiros

utilizavam a língua. Entre esses escritores, destaca-se José de Alencar que, ao lançar o romance *Iracema* desencadeou uma série de “críticas vindas de brasileiros puristas e classicizantes, como Antonio Henriques Leal, e de alguns portugueses entre os quais Pinheiro Chagas” (BORGES, 2010).

Pinheiro Chagas dedica um capítulo de seu livro *Novos ensaios críticos* para expor seus pensamentos acerca da literatura brasileira e de José de Alencar, onde lê-se:

Ora, neste caso, ou nós estamos corrompendo o idioma, ou os escritores brasileiros o corrompem. Mas nós cingimo-nos às velhas regras, nós sem nos desviarmos da linha reta, enquanto os brasileiros se comprazem em seguir umas veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a língua de Camões (CHAGAS, 1867, p. 223).

Percebe-se com isso, a visão portuguesa da época, na qual o modo de falar brasileiro, que já apresentava algumas disparidades com o de Portugal, é entendido como uma “corrupção” ao português europeu. Em contrapartida, Alencar, no pós-escrito da segunda edição de *Iracema* responde às críticas sobre o modo como escreveu seu livro e rebate Pinheiro Chagas afirmando que:

Em Portugal o estrangeiro perdido no meio de uma população condensada pouca influência exerce sobre os costumes do povo: no Brasil, ao contrário, o estrangeiro é um veículo de novas idéias, e um elemento da civilização nacional. Os operários da transformação de nossas línguas são esses representantes de tantas raças, desde a saxônica até a africana, que fazem neste solo exuberante amalgama do sangue, das tradições e das línguas (ALENCAR, 1965, p. 244).

Neste enunciado, nota-se o peso da palavra de um português acerca da língua, em oposição ao peso do que um brasileiro diz. Nesse contexto, evidencia-se a tentativa de se combater a ideia de superioridade do português europeu, visto pelos puristas como imaculável, estático e não suscetível a mudanças. Alencar, por outro lado, reconhece as transformações a que as línguas estão sujeitas e reconhece que seus representantes das diferentes “raças” são responsáveis por isso.

Ainda que tenham sido de grande valia para a busca da identidade nacional, essas discussões geradas pelo Romantismo brasileiro não afetaram a estrutura da escola brasileira, pois de acordo com Fávero (2000), o Colégio Pedro II, fundado em 1838, que norteava as escolas públicas e particulares do Brasil, resistia a essas inovações. Portanto, a escola mostrou-se insensível a essas polêmicas sobre a língua nacional e o modelo de escrita de maior prestígio era o dos grandes escritores da tradição portuguesa. E quanto ao meio gramatical, a tentativa

do Romantismo de valorizar o português falado no Brasil e a recusa ao modelo linguístico português tiveram pouca ou nenhuma repercussão (FÁVERO E MOLINA, 2006).

Esse cenário linguístico do final do século XIX traçou os caminhos dos estudos no início do século XX, entre os quais a obra *Esthesia Philologica* (1909) está incluída.

### **3 O FENÔMENO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX: VISÃO DE GRAMÁTICOS**

De acordo com Gurgel (2008), um dos fenômenos mais estudados em finais do século XIX e início do XX foi a colocação pronominal. Neste sentido, muitos teóricos e gramáticos dedicavam páginas de suas gramáticas, publicações em periódicos e, até mesmo, livros para defender seu posicionamento acerca desse fenômeno.

Diante disso, se faz necessário investigar de que forma três gramáticos importantes do período analisavam a colocação do pronome oblíquo<sup>7</sup>, especialmente em início de enunciado, buscando analisar os argumentos que eles utilizam para dar consistência às suas teses.

Entre os teóricos do final do século XIX e início do século XX, destacamos, Candido de Figueiredo (1846-1925), Paulino de Brito (1858-1919) e Said Ali (1861-1953). O primeiro foi um filólogo e gramático português cujos compêndios norteavam o ensino de gramática no Brasil (DUARTE, 2018). O segundo foi escritor, jornalista e professor no estado do Pará, que ousou confrontar Candido de Figueiredo, gerando uma discussão notável sobre as colocações pronominais. E por fim, Said Ali que, de acordo com Costa (2020, p. 174) ora foi significado socialmente como um gramático autodidata – que não possuía rigor científico –, ora como um linguista que por estar à frente de seu tempo, foi incompreendido e foi “o primeiro a produzir no país uma gramática descritivo-científica nos moldes do estruturalismo europeu”.

O debate entre Figueiredo e Brito desenredou-se por meio da imprensa, nos primeiros anos do século XX. O gramático português publicava seus artigos no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, enquanto o brasileiro os rebatia em “A província do Pará”. A disputa redundou nas seguintes obras: “A colocação de pronomes” (BRITO, 1907), “Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao Sr. Candido de Figueiredo” (BRITO, 1908) e “O problema da colocação de pronomes” (FIGUEIREDO, 1921 [1909]). (SILVA, 2017, p. 117).

---

<sup>7</sup> Em estudos contemporâneos, chama-se os pronomes oblíquos de clíticos pronominais. Contudo, neste trabalho, vamos seguir a nomenclatura utilizada no início do século XX.

Aproveitando o texto de Silva (2017) iniciamos esta exposição por Candido de Figueiredo, visto que por ser um autor português (europeu), seus compêndios ocupavam lugar de prestígio à época. Em “O problema da colocação de pronomes” (1928[1909]) o autor afirma que ele próprio se aventurou em formular regras sobre a colocação dos pronomes e incluiu estas em seus livros. Estes livros chegaram ao Brasil, onde, de acordo com ele, foram acolhidos, e, como aqui se fazia, por meio da linguagem vulgar, a colocação dos pronomes pessoais adjetivos e terminativos “por uma forma que se não coaduna com a índole e a história da língua portuguesa” (FIGUEIREDO, 1928 [1909], p.16), muitos teóricos e gramáticos acharam oportunas as formulações feitas pelo gramático português.

Para Figueiredo (1928[1909]), a regra que predomina na colocação dos pronomes é a *regra da atração*, na qual certas palavras atraem a próclise, tais como adjetivos, preposições, advérbios, conjunções, predicado composto, bem como os pronomes entre si. O autor ainda argumenta que é inaceitável que se inicie uma frase com o pronome oblíquo.

O gramático português afirma que se no Brasil se organizasse uma linguagem que só tivesse uma parte do vocabulário português, ele não teria o direito de insurgir contra essa linguagem, porém, ele pondera que se opõe “a pretensão daqueles que, como o sr. Paulino de Brito, querem dar o foro de *portugueses* a dizeres e modismos privativos de sua terra” (FIGUEIREDO, 1928 [1909], p. 49). Nota-se com isso que Figueiredo não reconhece como português os usos que estavam restritos ao Brasil, entre os quais a variação na colocação de pronomes está inclusa.

Quanto às formas que Candido de Figueiredo considera inadequadas, ele as chama de “brasileirismos”, pois são consideradas, por ele, vulgares na linguagem comum do Brasil e, segundo ele, quem as escreve nunca escreveu em bom português e desconhece a linguagem corrente de Portugal. Além disso, Figueiredo considera o mau uso dos pronomes oblíquos como “linguagem das roças” e afirma que os milhares de negros vindos da África aceitaram esses vocábulos e, como os colonizadores, que estavam em menor número, estavam constantemente ouvindo esses “modismos”, passaram a aderir a tais usos, que acabaram passando do campo para as cidades (FIGUEIREDO, 1928 [1909]). Cabe salientar que, neste contexto, não somente os portugueses tinham certo preconceito com a influência dos povos de origem africana no português do Brasil, mas também os próprios brasileiros, como se nota no *Diccionario Grammatical* do gramático brasileiro João Ribeiro a presença da expressão “elemento negro”, que é definida por ele como:

(...) toda a especie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influencia das linguas africanas pelos escravos introduzidos no Brasil. Essas alterações não são tão superficiaes como afirmam alguns estudiosos; ao contrario, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulario, mas até ao systema grammatical do idioma(...). Não convém insistir sobre o que se refere especialmente ao lexico africano no Brasil (RIBEIRO, 1906, p. 216-217).

Evidencia-se, de tal modo, o preconceito com a influência dos negros na língua do Brasil, pelos dois autores, e a suposta visão de superioridade do português de Portugal observada principalmente nos textos do gramático português, o qual supõe que o português de seu país seria a referência “incompactível” para se falar bem, até mesmo em território brasileiro. E além disso, nota-se um certo racismo do gramático, ao lançar sobre os escravos a culpa de a língua do Brasil ser “corrompida”.

A posição do gramático [Candido de Figueiredo] é a de quem detém a competência legítima, naturalmente herdada de seus ascendentes. Fica em jogo, nesse caso, não somente o valor conferido aos usos linguísticos legitimados, mas também o modo de aquisição: natural e precoce, no caso português, por oposição à aprendizagem tardia e supostamente incompleta dos brasileiros (SILVA, 2017, p. 118).

Por outro lado, temos o autor paraense Paulino de Brito, que fez uma série de artigos para o jornal *A província do Pará* (aos quais Figueiredo se opôs) que resultaram na produção dos livros *Colocação de pronomes* (1907) e *Brasileirismo de colocação de pronomes* (1908)<sup>8</sup> como resposta direta à Candido de Figueiredo. Segundo Brito (1908), a corrente predominante na época era o lusitanismo, em que se acreditava que, para escrever e falar bem era indispensável conhecer a língua falada e escrita em Portugal. Contudo, opondo-se à esta corrente, o educador do Pará busca validar e justificar usos comuns do português brasileiro, sobretudo no que tange à colocação de pronomes.

Para o autor (BRITO, 1908, p. 12), brasileiros e portugueses colocam os pronomes da mesma forma, salvo algumas variantes, como os exemplos “espero que me faça o favor” e “espero que faça-me o favor”; e “não se lembrou do recado” e “não lembrou-se do recado”. Essas formas eram equipolentes no Brasil. Por outro lado, em Portugal se diria invariavelmente “espero que me faça o favor” e “não se lembrou do recado”.

---

<sup>8</sup> Duarte (2018) pondera que a polêmica levantada por Paulino de Brito nestas duas obras foi muito importante para o Brasil, e para o Pará, dando projeção internacional ao autor paraense e inaugurando uma fase de amadurecimento e independência do Brasil em relação ao que vinha de Portugal, além e fortalecer a temática levantada sobre a língua nacional brasileira.

Brito (1908) defende que o português brasileiro é claramente mais acentuado e articulado do que o português europeu e, por conta disso, há a preocupação com o aspecto fônico da língua, de modo que sejam preferíveis outras formas de falar e escrever. Além disso, ele reconhece as mudanças pelas quais a língua passa no espaço e no tempo, como se observa no excerto:

Não concordam todos que nas linguas vivas não existe invisibilidade absoluta? Que as linguas vivas não podem ficar estacionárias, não podem deixar de se desenvolver, de se transformar no tempo e no espaço? (...)  
 Não reconhecem todos que o portuguez do Brasil tem-se modificado e há de continuar a modificar-se fatalmente sobre a acção das leis que regem os phenomenos linguisticos?  
 Que lógica, pois é essa, pela qual um modo de expressão não deve ser permitido aqui, porque não é usado alli, deve ser considerado um erro agora, porque não era empregado anteriormente! (BRITO, 1908, p. 37).

Duarte (2018) afirma que Paulino de Brito defendia a ideia de uma variedade linguística brasileira, que seria uma forma característica do contexto sócio-histórico brasileiro, que resultou da dinamicidade da língua, e esta variedade, para ele, não era nem melhor, nem pior que a variedade portuguesa.

No entanto, se retornarmos a Figueiredo (1928 [1909]), notamos que o gramático utiliza exemplos de usos da colocação dos pronomes considerados por ele corretos dentro de uma das obras do próprio Paulino de Brito (*Histórias e Aventuras*), tais como “Não me saiu do pensamento...” (p. 30), “Parece-me que já estamos...” (p. 31), “Levantaram-se todos...” (p. 31). Deste modo, o gramático português conclui que Paulino de Brito defendia em seus compêndios um uso que ele nem sequer fazia em seus livros.

Observamos, de tal modo, que ainda que o gramático português e o brasileiro apresentem discursos compostos por ideias opostas acerca do aspecto gramatical aqui investigado, essa discussão é de grande valia para a observação da tensão entre duas ideologias linguísticas do início do século XX: de um lado, aqueles que defendiam a corrente lusitana e, de outro, os que buscavam a validação do português brasileiro.

Neste mesmo contexto, temos Said Ali, que considera a colocação dos pronomes oblíquos átonos pelo aspecto *fonético*, que era usado tanto por ele quanto por outros autores<sup>9</sup>, para justificar as disparidades da colocação pronominal entre o Brasil e Portugal, como observado no enunciado abaixo:

---

<sup>9</sup> Barreto (1916); Pacheco & Andrade (1894) e Pereira (1907), (1909), (1916).

Qual será essa lei? Deve ser de ordem fonética, por isso que o Português analfabeto desloca o pronome sensivelmente nos mesmos casos que o Português letrado, o qual por sua vez não consegue dar-nos com exatidão a regra gramatical. Para um e outro é uma questão de ouvido, como se costuma dizer (SAID ALI, 2021 [1895], p. 472).

Disto se assimila que, independente de estudo gramatical, a colocação é feita pelos indivíduos, da maneira que estes, quer portugueses, quer brasileiros, estão habituados a ouvir. Said Ali (2021 [1895]) ainda afirma que o fato de as palavras pertencerem a uma ou outra categoria não pode determinar uma ou outra construção, pois as categorias gramaticais são convencionais, as quais aqueles que não foram escolarizados desconhecem. Além disso, o gramático ainda atenta para as mudanças fonéticas que a língua portuguesa no Brasil sofreu pela alteração do meio, como se observa a seguir:

Fundando-se ela [a colocação pronominal] na pronúncia própria do falar lusitano, impossível será haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica à pronúncia. Lá os pronomes são átonos; o e final em me, te, se é tão abafado que mal se ouve. Cá estamos habituados a empregar já certa acentuação quando o pronome vem anteposto ao verbo, dizendo aproximadamente mi, ti, si; para nós brasileiros seria extremamente difícil pronunciar à portuguesa me, te, se, lhe (...). Em Portugal fala-se mais depressa, a ligação das palavras é fato muito comum; no Brasil pronuncia-se mais pausada e mais claramente. Em suma, a fonética brasileira é, em geral, diversa da fonética lusitana (SAID ALI, 2008 [1950], p.57).

Said Ali (2008 [1950]) argumenta, ainda, que a verdadeira conclusão científica sobre a colocação pronominal é que em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes, por ser de uso geral lá, assim como no Brasil é válida pelo mesmo motivo: por ser de uso geral. Deste modo, nota-se que a questão *fonética* e a do *uso* são postas como central para Said Ali legitimar a colocação dos pronomes do modo como é feita no Brasil.

#### **4 A PRÓCLISE EM INÍCIO DE ENUNCIADO: VISÃO DE INTELLECTUAIS EM ESTHESIA PHILOLOGICA**

A obra *Esthesia Philologica* (1909) apresenta a visão de diversos intelectuais acerca das variações pronominais, principalmente o caso da próclise (pronome oblíquo anteposto ao verbo) em início de enunciado. Entre esses autores, há aqueles que não aceitam esse fenômeno, considerando um desvio da norma padrão da língua, e aqueles que reconhecem ser a próclise em início de enunciado um uso recorrente no Brasil.

Deste modo, analisaremos a visão dos intelectuais citados por Meira (1909), a fim de verificar as ideias destes acerca da colocação pronominal, além de analisar de que forma

Augusto Meira se posiciona frente a estes autores, quais justificativas ele usa para comprovar sua tese e ainda, como as ideias tanto de Meira quanto dos intelectuais citados seguem as ideologias de algum dos três gramáticos citados na seção anterior.

Nesta análise, citaremos os autores com os quais Meira (1909) dialoga, refutando ou corroborando suas ideias. São estes: Osório Duque Estrada, Félix Coelho, Candido de Figueiredo, Ernesto Carneiro e Ruy Barbosa.

#### 4.1 O crítico bisonho<sup>10</sup> – Osório Duque Estrada

A discussão sobre a colocação pronominal feita por Augusto Meira, em *Esthesia Philologica* (1909), é uma resposta a Osório Duque Estrada (1870-1927) que, após ler um trabalho de Meira no jornal *A Província do Pará*, disparou uma série de críticas sobre a forma deste de escrever, contestando até mesmo o profissionalismo de Meira por “confundir” alguns usos. Esses usos que Duque Estrada aponta se referem não só à colocação pronominal, mas também ao emprego de *a, á e há* para referir-se ao passado, questão que Meira (1909) resolve e explica sucintamente nas primeiras páginas de seu livro, e que não será analisada neste trabalho, visto que nosso objetivo é tratar da próclise em início de enunciado.

A crítica de Duque Estrada a Augusto Meira, sobre colocação pronominal, se dá no seguinte enunciado publicado por este no jornal paraense: “Se tratava de roubos”. O texto é considerado, pelo crítico, algo absurdo. Meira (1909) argumenta que esta questão é muito debatida e resolvida por ele e por outros autores que são a favor da plena liberdade no que concerne a este uso.

Meira (1909) defende que, em qualquer clássico ou não clássico, se encontra a máxima liberdade da anteposição ou posposição do pronome. Para exemplificar isso, o autor cita *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, em que é possível ler:

“Lhe vá mostrar a terra onde se informe.”  
 Estrophe 40.  
 “Lhe será tanto engano fabricado.”  
 Estrophe 76.  
 “Se perca a gente d’ella tanto amada.”  
 Estrophe 100 (MEIRA, 1909, p. 8).

---

<sup>10</sup> De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira (PINTO, 1832), “bisonho” é um adjetivo usado para se referir ao “noviço em qualquer arte, pouco experimentado, falto de disciplina”.

Além destes, o autor apresenta vários outros versos d' *Os Lusíadas* para atestar que faz o uso tal qual Camões, sendo, para ele, esta uma forma perfeita de se escrever e não seria Duque Estrada que explicaria por qual motivos aqueles escrevem “erradamente”.

Apesar de os exemplos dos clássicos literários serem, de certa forma, válidos para sustentar que o uso da próclise em início de enunciado é legítimo no português do Brasil, Meira não cita a questão do uso, a qual Said Ali (2008 [1950]) defende. Este considera legítimo o fenômeno aqui analisado, por ser de uso geral naquele contexto (início do século XX), e não apenas por ter sido um uso feito pelos clássicos da literatura.

Brito (1908) afirma que o peso dos clássicos é relativo, pois acima dos clássicos está o povo que faz a língua. Para o estudioso, a gramática é o exame da razão aplicado aos fatos da linguagem.

#### 4.2 Início de frase *versus* início de verso – Félix Coelho

Na obra *Esthesia Philologica*, Augusto Meira não responde somente as críticas de Duque Estrada. Também aproveita para retrucar as críticas que Félix Coelho fez, n' *O Jornal*<sup>11</sup> sobre um artigo escrito por Augusto Meira e publicado no jornal *A Província do Pará*, no qual este defende o uso do pronome oblíquo em início de enunciado, justificando a ocorrência com versos de Camões. Contudo, Coelho afirma que Augusto Meira teria confundido início de verso com início de frase.

Meira alega não ter considerado diretamente a diferença entre frase e verso, pois para ele não há diferença no que se refere ao uso do pronome, seja em início de frase, seja em início de verso. Além disso, o intelectual explica que usou os exemplos dos versos apenas para demonstrar a validade de tal uso na língua portuguesa.

Vemos agora que o sr. Coelho viu a questão *por outro lado*: O Se collocado *no começo* do periodo. Foi um ponto de vista que não tivemos em consideração directa. Tracta-se portanto, assim, não da questão da anteposição, mas tão somente de saber si é acertado ou errôneo *começar um periodo pelos pronomes lhe, te, se*. (MEIRA, 1909, p. 18, grifos do autor).

Desse modo, a tentativa de Félix Coelho em refutar o fato linguístico sob análise, que Meira considerava admissível não é coerente, visto que não há justificativa plausível para validar o uso do pronome oblíquo em início de verso que não sirva de igual modo para validar

<sup>11</sup> Periódico paraense que circulou na primeira década do século XX.

o mesmo fenômeno em início de frase, pois a gramática se aplica igualmente a textos literários e não literários. Em consonância com isto, lemos em Figueiredo (1928 [1909], p.30): “não é português em poesia aquilo que não o seja em prosa”.

Meira ainda atenta para o processo evolutivo pelo qual as línguas passam, ao afirmar que:

As línguas, de certo, nascem, se desenvolvem, bifurcam-se, evoluem, transformando-se com o andar do tempo, sujeitas, como são, ás mesmas vicissitudes por que passam, por exemplo, os seres organizados (MEIRA, 1909, p. 19).

Nota-se que a visão de Meira, de que a língua evolui, está de acordo com a visão de Paulino de Brito e Said Ali. Brito (1908) argumenta que as línguas vivas não podem ficar estacionárias, não podem deixar de se desenvolver, de se transformar no tempo e no espaço. Enquanto Said Ali (2008 [1950], p. 22) afirma que “os pronomes têm sua evolução especial em cada língua”.

Além disso, Meira (1909), ainda argumenta que não encontrou entre os gramáticos nenhuma razão lógica para considerar errôneo o uso do pronome oblíquo em início de enunciados<sup>12</sup>, visto que é possível iniciá-los com qualquer outra palavra da língua. Ademais, ele ainda discorre que até mesmo na língua latina – a língua mãe – esse mesmo uso é considerado válido.

Si os *grammaticos* não acham uma razão pela qual próvem o erro d’esse modo de escrever, em questão, nós encontramos razões poderosas, que justificam, si fizermos este exame, em especial estudando a lingua latina, a lingua *mater*, representada entre nós, pelo portuguez, que é aquela mesma lingua “*com pouca corrupção*” na phrase incisiva de Camões (MEIRA, 1909, p. 20, grifos do autor).

E mais à frente, o autor cita muitos textos de obras latinas, entre os quais, um encontrado na *Eneida*, de Virgílio, L. 1 v. 487, em que se lê: “*Se quoque principibus permixtum adg novit Achivis*<sup>13</sup>”. Na visão de Meira (1909), se na língua latina – na qual se observa a maior “incorrutibilidade”, visto que dela se originou o português – é consagrado esse uso, uma regra gramatical que busca “não corromper” a língua, não teria validade. Além do mais, o autor ainda argumenta que não há razão para justificar que não se faz mais esse uso, pois a língua evolui, o que seria paradoxalmente uma justificativa para validar o emprego de tal pronome, que poderia

---

<sup>12</sup> O autor chama de frase.

<sup>13</sup> Em tradução livre: [Ele] se reconheceu também como uma mistura dos príncipes aqueus.

ser considerado, também, resultado de uma evolução. Nota-se, com isso, que para tentar justificar seu ponto de vista, Augusto Meira parte de uma ideia que é, de certa forma, preconceituosa, visto que ele considera “corrupção” as construções que se distanciam das regras latinas que ele considera que devam ser seguidas.

Apesar de citar os exemplos latinos para creditar o uso do pronome oblíquo iniciando o período, Augusto Meira, por vezes, parte de uma perspectiva de que o uso feito por ele é superior por se tratar de um uso corrente no latim. Essa visão difere da de Brito (1908), que também considera a variação pronominal como “filha da construção latina”. Este autor defende que, em início de enunciado, ambas as formas – a próclise ou ênclise – são legítimas.

#### **4.3 Brasileirismos: linguagem do populacho – Candido de Figueiredo**

O tão polêmico gramático português Candido de Figueiredo é citado diversas vezes em *Esthesia Philologica* (1909). Primeiramente, após a explanação de Augusto Meira sobre a “confusão” entre frase e verso, apontada por Félix Coelho, Meira (1909) retoma algumas ideias de Figueiredo<sup>14</sup>. Uma dessas ideias é de que não é certo em poesia aquilo que não o seja em prosa, conforme já foi mencionado. E, após citar exemplos de versos iniciados pelo pronome oblíquo em latim, Meira (1909) utiliza outra ideia do gramático português, justificando que não se comete erros escrevendo, como na forma latina.

No capítulo SIM, SENHOR! (MEIRA, 1909, p. 49-56) da obra *Esthesia Philologica*, o qual é destinado a examinar a visão de Candido de Figueiredo sobre a colocação do pronome em início de enunciado, Meira (1909) cita o enunciado, já tratado neste trabalho, no qual Candido de Figueiredo acusa os negros vindos da África de corromperem o português do Brasil:

Os milhares ou *milhões* de escravos, que a colonização do Brasil chamou da Africa, para a America, foram aceitando naturalmente o vocabulario português, construindo a frase a seu modo e os lavradores e os colonisadores, certamente em menor numero que os trabalhadores dos campos e das roças, curando mais de borracha e café, do que de invasões gramaticais, deixaram-se indolentemente instruir dos modismos que, a toda hora, lhes feriam os ouvidos (MEIRA, 1909, p. 49-50).

Meira (1909) se opõe à essa visão de que os escravos tenham influenciado neste modo de começar a frase (com o pronome oblíquo) e, a partir da observação da recorrência do pronome oblíquo átono iniciando frases em latim e em línguas neolatinas, apresenta uma série de exemplos em Latim, Francês, Italiano e Espanhol, nos quais são encontradas estas variações

---

<sup>14</sup> Figueiredo (1953[1909] p. 30)

pronominais. Seleccionamos, a seguir, alguns destes exemplos: quanto ao francês, Meira (1909) cita Sully Prudhomme: “*Me* voilà bien á plaindre: comment puis-jesavoir ce qu’il y manque?”; em italiano, cita Marchesini: “*Si* é assai discusso se i numeri pitagoroci siano essenza delle cose”; em espanhol, cita Ibanez: “*Se* restabeleció la calma”; e em latim cita, entre outros, Virgílio: “*Me* tamen urit amor”. Diante desses exemplos, o autor questiona a influência dos pretos no Brasil sobre as variações pronominais, uma vez que, segundo ele, se se pudesse notar alguma influência no português do Brasil, seria a dos povos ditos mais cultos.

Ou se ha de seguir o que todos os escriptores fizeram e fazem, em todas as linguas latinas e neo-latinas, inclusive o portuguez, que está a impor, apesar de tudo, esse modo de fallar e escrever, ou se ha de ficar com a *manqueira* de um portuguez viciado ou decrepito, que já nem dá pelo que é seu e com a lição do sr. Figueiredo precisamente viciada e erronea, mesmo pelo muito que andou aprendendo das linguas dos pretos d’Africa (MEIRA, 1909, p. 55-56).

Percebe-se, com isso, que Figueiredo tentava justificar a origem da variação pronominal do Brasil atribuindo-a aos escravos africanos, de forma pejorativa, para invalidar este uso. Por outro lado, Augusto Meira se empenha em afastar dos escravos a responsabilidade da criação desta forma de falar e escrever, legitimando essas variações, ao atribuí-las à influência das línguas neolatinas e do latim. Percebe-se então que não só Figueiredo tinha preconceito contra os negros vindos da África (como citado na seção 2), como também Augusto Meira, pois ele não aceita que o uso defendido por ele esteja ligado à influência dos povos afrodescendentes.

Meira, então, encerra o capítulo com a seguinte ironia: “Não ha duvida: com *grammaticos* de tal envergadura, a mocidade de nossas escolas está bem servida” (MEIRA, 1909, p. 56, grifos do autor). Este texto evidencia que o intelectual paraense considera as ideias de Figueiredo inadequadas para as escolas brasileiras porque este nega a próclise em início de enunciado como uma forma legítima do falar.

#### **4.4 Regra de tamanqueira – Ruy Barbosa e Ernesto Carneiro**

O penúltimo capítulo de *Esthesia Philologica* (1909) se destina a examinar a visão dos insignes mestres (como Meira os chama) Ruy Barbosa (1849-1923) e Ernesto Carneiro (1839-1920). Ruy Barbosa (advogado e filólogo) travou uma discussão com Ernesto Carneiro (médico e gramático), professor de Ruy Barbosa, sobre a revisão da ortografia do projeto do primeiro Código civil brasileiro no início do século XX.

Embora os dois autores apresentem uma visão diferente da visão de Meira (1909), sobre o uso do pronome oblíquo em início de enunciado, os dois discordam entre si em alguns pontos. Então, o autor paraense se aproveita disso para dar consistência a sua tese de que, no português brasileiro, é legítimo iniciar um enunciado com um pronome oblíquo.

A discordância entre Ruy Barbosa e Ernesto Carneiro, citada em *Esthesia Philologica* se refere à escrita do projeto do Código civil. Meira (1909, p. 58) destaca o seguinte enunciado do referido documento:

Se a simulação for absoluta, sem que tenha havido a intenção de prejudicar a terceiros, ou violar disposição de lei, e se for assim provado, a requerimento de algum dos contrahentes – **se julgará** o ato inexistente (grifo nosso).

Na visão de Ruy Barbosa, a colocação do pronome em “se julgará” é errada, enquanto que para Ernesto Carneiro é considerada certa. O filólogo defende que este teria sido um erro, pois “não se começa phrase alguma, em portuguez, pelas variações pronominaes obliquas” (Meira, 1909, p. 59) e, ironicamente, esta foi uma regra formulada por Ernesto Carneiro. Ruy Barbosa argumenta:

Acareada, assim como o texto parlamentar, a regra philologica, a illação era irresistivel. Em “se julgará o acto inexistente” *se* (!!) me antolhava uma phrase principiada por uma das variações pronominaes obliquas enumeradas pelo Dr. Carneiro, n’este topico do seu tractado  
Logo estava errada a phrase.  
Por que? Por que se devia suppôr certo o canon formulado pelo mestre (MEIRA, 1909, p. 59)

Augusto Meira observa que, na tentativa de se justificar, Ruy Barbosa apresentou duas razões: a primeira está em considerar a colocação errônea simplesmente por existir uma regra formulada por um mestre – Ernesto Carneiro – que diz que tal uso é inadequado; e a segunda razão (que Meira considera aceitável), que vem como resposta ao argumento de Ernesto Carneiro, abaixo, está em que Ruy Barbosa faz a aplicação da regra considerando que não há diferença entre o uso do *se* começando a frase que inicia o período e o uso do *se* começando qualquer outra frase incluída no período (oração subordinada).

Ernesto Carneiro, por sua vez, alega que o modo de escrever do projeto está correto e que Ruy Barbosa cometeu um equívoco. Carneiro justifica seu posicionamento considerando onde seria o princípio da frase, que, segundo ele não inicia em “se julgará”, pois “se julgará o

acto inexistente” é uma parte da frase, uma subordinada, a qual a oração principal do período é a que lhe precede.

Nota-se, que a discussão entre os dois autores se deu pela materialidade do início do período, o que, para Meira (1909), é gramaticalmente secundária. O autor considera que Ruy Barbosa foi perfeitamente feliz em considerar que em *se julgará* há uma frase (por nós, considerada enunciado) que começa com um pronome oblíquo. Porém, Meira (1909) pondera que mesmo firmado no princípio certo, da *ilação*<sup>15</sup> *irresistível*, em vez de incorporar-se ao erro e agravá-lo, Ruy Barbosa deveria rejeitar a regra de Carneiro e de outros gramáticos que consideram que nenhuma frase deve ser iniciada pelo pronome oblíquo átono. Em contrapartida, Meira (1909) argumenta que Ernesto Carneiro, ao afirmar que o projeto estava certo, não teve a ousadia de dominar o equívoco de Ruy Barbosa e demonstrar que é possível iniciar um período pela variação pronominal, como se observa a seguir:

Carneiro, por sua vez, depois de afirmar que o caso do Projecto estava certo, não teve a coragem de lançar ousadamente a péla mais longe, não teve a felicidade, direi mesmo, a graça de compreender, que podia, ainda, dominar o equívoco de Ruy Barbosa, demonstrando que mesmo no inicio do periodo, também é possível, sem erro, começar pela variação pronominal (MEIRA, 1909, p. 63).

Meira (1909) explica que, por considerar os dois casos idênticos, tanto o início do período quanto o das subordinadas incluídas nele, Ruy Barbosa afirma que não se deve começar nenhum dos dois com a variação pronominal, ou seja, não se deve iniciar frase alguma com o pronome oblíquo. Enquanto que, sob outra perspectiva, Carneiro afirma que é preciso distinguir onde se inicia a frase, podendo fazer o uso da anteposição em um caso e em outro não. Isto é, Carneiro considera admissível iniciar a frase pelo pronome oblíquo, desde que esta seja uma subordinada dentro do período. Diante disso, Meira (1909, p. 66) avalia que “As regras dos dois mestres estão ambas erradas e por isso, destoam, por si se destroem. São regras de ‘tamanqueiro’<sup>16</sup>”.

Carneiro argumenta ainda que esta é uma questão de *mais frequência*, ou seja, que nesse caso é mais comum encontrar a posposição do pronome ao verbo, mas segundo Meira (1909) isso não autoriza a taxar de errôneo o contrário. Augusto Meira explica, ainda, que o fato de ser

---

<sup>15</sup> De acordo com o dicionário “Novíssimo Aulete” (Geiger, 2011), na lógica, *ilação* se refere à conclusão, dedução, inferência dos fatos, afirmações ou circunstâncias.

<sup>16</sup> Essa palavra citada por Meira que faz referência a “tamanqueiro de obra grossa”, expressão utilizada pelo próprio Ruy Barbosa para se referir a alguém inexperiente.

um uso mais frequente, não implica na obrigatoriedade de ser a única forma aceita como correta, já que existe outra variação em uso.

Com o objetivo de mostrar que é possível iniciar um enunciado com o pronome oblíquo, Meira (1909, p. 64) cita alguns exemplos, entre os quais: Em Gonçalves Dias, “Te vejo, te procuro / Teus mudos passos sigo”; em Castro Alves, “Me fazem tremer de frio / Como os juncos da lagôa”; em Graça Aranha, “Se apeie, moço”; em José de Alencar, “Me levais para outro terreno”, “Te denunciarei, sim, pois que esta é a palavra”.

Affirmo, portanto, cathegoricamente, com Carneiro, que o caso do projeto está direito. Voto contra Ruy Barbosa. Affirmo, cathegoricamente, que os casos são idênticos, por illação irresistível. Voto contra Carneiro (MEIRA, 1909, p. 65).

Apoiando-se no que considera verdadeiro nas colocações dos metres – tanto o fato de que o projeto estaria certo, defendido por Ernesto Carneiro, quanto o fato de o lugar ocupado pelo pronome oblíquo ter igual valor nos dois casos apontado por Ruy Barbosa – Meira (1909) afirma que a variação pronominal, com a colocação do pronome oblíquo em início de frase, pode ser usada em ambos os casos: seja no início da frase inicial ou oração inclusa no período.

O autor de *Esthesia Philologica*, finalmente, pondera que, acima do dogma e da autoridade, existe um princípio mais alto, que abate os grandes e exalta os pequenos: a verdade – que seria “a perfeita adaptação, a equação rigorosa do nosso espírito á realidade condicionada, significativa das cousas” (p. 67) – a qual Meira (1909) defendia. Isto é, o autor brasileiro, ao apresentar fatos da língua fazendo uma amostra documental que atesta a ocorrência da variação pronominal por ele defendida, considera legítima a validade do uso dos pronomes oblíquos átonos em início de enunciado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, com essa pesquisa, analisar o fenômeno da colocação do pronome oblíquo átono em início de enunciado, de acordo com a perspectiva de Augusto Meira Dantas, na obra *Esthesia Philologica: variações pronominaes*, publicada em 1909. Para isso, apresentamos o contexto histórico do início do século XX, segundo a visão de Orlandi (2001) e Fávero e Molina (2006); confrontamos as ideias de Meira (1909) às de Figueiredo (1928 [1909]), Brito (1908) e Said Ali (2021 [1895], 2008 [1950]) e, por fim, apresentamos a visão de intelectuais citados na referida obra.

O trabalho traz contribuições para o estudo da variação na colocação dos pronomes oblíquos, já muito discutido no início do século XX, de modo a analisar o uso do pronome oblíquo átono em início de enunciado, proposto tanto por gramáticos quanto por intelectuais contemporâneos a Augusto Meira.

A partir da análise, notamos que, no início do século XX, Augusto Meira defende a tese, também defendida por Paulino de Brito, de que o português brasileiro apresenta variações, em relação ao português de Portugal, sobretudo nas colocações pronominais. No que se refere à colocação do pronome oblíquo átono, o intelectual defende a próclise em início de enunciado, diferente do que acontece em Portugal, em que, no mesmo ambiente linguístico, é produtivo o uso da ênclise.

Contudo, Meira (1909), por vezes, desconsidera completamente as ideias que não estejam de acordo com as dele. Refuta as variações pronominais do português europeu, negando o uso da ênclise em início de enunciado e considerando o uso da próclise no mesmo ambiente linguístico como sendo um uso superior ao uso em Portugal. É perceptível que o autor não analisa a ocorrência das variações pronominais do português brasileiro do ponto de vista da sua legitimidade, por ser uma forma válida recorrente no contexto linguístico do Brasil, mas busca demonstrar a superioridade da variedade brasileira pela ocorrência em clássicos da literatura, no latim e nas línguas neolatinas. Entretanto, os exemplos extraídos dos textos clássicos, latinos e neolatinos não servem para justificar superioridade da forma brasileira nem para validar a variação pronominal. Primeiro porque não existe variedade superior ou inferior; o que há são formas diferentes e legítimas do português. Depois, o que legitima a variedade brasileira não é o fato de ter sido uma ocorrência encontrada no latim, nossa língua mãe, ou em outras línguas neolatinas ou por ter sido usada em outros momentos ao longo da história, mas o fato de ser uma forma recorrente no Brasil no contexto linguístico do início do século XX, atravessando o século XXI.

## REFERÊNCIAS

Fonte primária

MEIRA, Augusto. **Esthesia Philologica**: variações pronominaes. Belém: Imprensa Oficial do Pará, 1909.

Outras fontes

ALENCAR, José de. **Iracema**. Edição comemorativa do centenário de Iracema. Ed. MEC. 1965.

BORGES, Valdeci Rezende. **Manuel Pinheiro Chagas leitor crítico de José de Alencar: a censura e a resposta**. Rio de Janeiro: Intellèctus. v. 9, n. 2. 2010.

BRITO, Paulino de. **Brasileirismo de colocação de pronomes**. Rio de Janeiro: Livraria Azevedo, 1908.

CASTRO, César Augusto. **Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970)**. Revista eletrônica de Bibl. Ci. Inform., Florianópolis, n. 20, 2º semestre de 2005.

CAVALIERE, Ricardo. **Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil**. Alfa, São Paulo, v. 45, 2001.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. Literatura brasileira – José d’Alencar. In: CHAGAS, Manuel Pinheiro. **Novos ensaios críticos**. Porto: Casa da viúva Moré, 1867. p. 212-224.

COSTA, Thaís de Araújo da. **Dizeres sobre Said Ali: o movimento ambíguo de significação e sua obra em textos historiográficos**. Revista Porto das Letras, Vol. 06, Nº 5. 2020, p. 173-199.

DUARTE, Raimunda Dias. As pesquisas em história do livro na Amazônia: A gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza (1872). In.: DUARTE, Raimunda Dias [et al] (orgs). **A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre a educação de meninos, civilidade e moral cristã**. São Paulo: Pontes Editores, 2018.

FÁVERO, Leonor Lopes. A produção gramatical brasileira no século XIX – Da gramática filosófica à gramática científica. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. (Org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso**. São Paulo, 2000. p. 181-191.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Marcia. **As concepções linguísticas do no Século XIX: a gramática do Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FIGUEIREDO, Candido de. **O problema da colocação de pronomes** Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1928 [1ª ed. de 1909].

GEIGER, Paulo (org.). **Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

GURGEL, Silvana. **O período dos estudos linguísticos brasileiros ditos científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ORLANDI, Eni. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. São Paulo: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. São Paulo: Unemat Editora, 2001.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

RIBEIRO, João. **Diccionario Grammatical**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

SAID ALI, Manuel. **Dificuldades da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008 [1ª ed. de 1950].

SAID ALI, Manuel. **Estudos de linguística**: as colocações dos pronomes pessoais na linguagem corrente. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 61, p. 463-474, jul.-dez. 2021 [publicação original de 1895].

SILVA, Hosana dos Santos. **Língua e poder**: revisitando os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo. Porto Alegre: Cadernos do IL, n.º 55, dezembro de 2017. p. 114-129.

SOUSA, Cleber Cristiano de; ALVARES, Lucas Augusto Souza Pinto. **A gramática e a gramatização**: o ensino da gramática e o processo de gramatização brasileiro. Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas. Vol. 19, ano 12, n. 2, 2015.